

A GESTÃO DA PRESSÃO MIGRATÓRIA EM ESCOLAS PORTUGUESAS SITUADAS NO MEIO RURAL

Carla Cibebe Figueiredo

Carla.cibebe@ese.ips.pt

1. Fundamentando a pertinência do estudo

Este projeto exploratório de investigação visa analisar o modo como a pressão migratória se faz sentir atualmente nas escolas portuguesas, particularmente, e atendendo à responsabilidade dos órgãos de gestão, à forma como estes estão a representar o fenómeno e a agir sobre ele. De realçar que “cerca de 34 milhões de habitantes da União nasceram fora da União Europeia (UE) (cerca de 8 % da população da UE) 4 e 10 % dos jovens (15-34 anos) nascidos na UE têm pelo menos um progenitor nascido no estrangeiro” (EU, 2020, p.2). Portugal durante décadas foi um país de emigração, tendência que só se inverteu e consolidou após a pandemia (SARS-COV-2). Ginicolo (2021) assinala quatro fases de fluxos migratórios para Portugal, um primeiro logo a seguir ao 25 de abril de 1974 de cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas, fruto das convulsões sociais desses países, alguns com guerras civis prolongadas. A partir da integração na União Europeia (1986), um segundo fluxo; o país passa a ser procurado por outros cidadãos europeus e assiste-se ao aumento significativo de cidadãos brasileiros (por vezes em trânsito posterior para outros países europeus). A queda do Muro de Berlim, em 1989, gerou a afluência de cidadãos do leste europeu, um terceiro fluxo. A diferença destes imigrantes prende-se com a ausência do domínio da língua portuguesa, alguns deles crianças e jovens que se integraram nas escolas portuguesas. O quarto período, já no século XXI, é oscilante, com decréscimos e aumentos da imigração e só após o término da pandemia (2020) com uma tendência crescente e que se parece consolidar. Neste fluxo ganha destaque a imigração oriunda do Brasil e do Sudoeste Asiático. Contudo, sublinha-se que, em cada 10 estrangeiros residentes em Portugal, 2 são provenientes

de um estado-membro da UE e 8 são provenientes de países fora da UE. Porém, aos cidadãos da UE é mais comum associar-se o estatuto de estrangeiro do que de imigrante. Por exemplo, apesar dos dados (PORDATA, 2023) indicarem que a segunda maior comunidade representada em Portugal é a Britânica (6%), esta não é a perceção comum no país e tão pouco são publicamente entendidos como uma comunidade imigrante. Segundo a mesma fonte, as comunidades mais representadas são a brasileira (29,3%), britânica (6%), cabo-verdiana (4,9%), italiana (4,4%), indiana (4,3%) e romena (4,1%). As escolas portuguesas lidaram assim de muito perto com a multiculturalidade desde os primeiros passos da Democracia, mas só gradualmente se tomou consciência de que havia que cuidar da integração no espaço comum. É nos anos 90 que surgem agências governamentais e projetos, dos quais o mais expressivo foi o “Entreculturas”, um projeto do Ministério da Educação (1993-1997). O projeto foi, sem dúvida, importante para evidenciar que Portugal já era uma sociedade multicultural e para sensibilizar educadores e professores para respeitarem e compreenderem as diferenças. Já menos claros terão sido os seus efeitos relativamente à promoção do sucesso escolar destas minorias e à desocultação das desigualdades e formas subtis de racismo (Souta,1998). Nas décadas seguintes continuaram-se a criar estruturas dependentes do governo: em 1996, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; em 2007, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI); em 2023 o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). É na esfera da ACM, em articulação com a DGE/ME que desde 2012 é atribuído às escolas candidatas o selo intercultural, uma distinção simbólica de reconhecimento de boas práticas (a base é resposta a um questionário). Não obstante, na área da educação não houve um projeto nacional com grande impacto, Cardoso considera mesmo que “Nos últimos anos, em diversos países ocidentais, a multiculturalidade tem estado cada vez mais afastada dos discursos políticos e, em alguns casos, é neles hostilizada através de mensagens de teor xenófobo. Factos como estes são reveladores de um processo de fragilização das políticas para a promoção da igualdade cultural, étnica e racial” (Cardoso, 2017, p 6.). Em qualquer dos fluxos migratórios atrás assinalados houve atração pelos meios mais urbanos, e por determinados setores de mercado, mas foi neste último que a escassez da mão de obra em meios rurais e do interior se tornou um chamariz, configurando-os também como territórios atrativos. De salientar também que a par desta mudança de inserção territorial, também os países de origem se diversificaram, assinalando-se um maior

número de pedidos de residência de população oriunda de países asiáticos mais pobres. Em consequência, o número de crianças matriculadas em escolas nestas zonas começou a subir, tornando-se tão significativo que em algumas delas impediu o seu fecho. De um modo genérico é possível analisar como é que na área da educação se respondeu, o trabalho mais extensivo e citado nesta área é o *Migrant Integration Policy Index* (MIPEX), que avalia e compara o que os governos fazem para promover a integração de imigrantes. Entre as 8 áreas de governação integradas no MIPEX, a Educação, apesar de obter um valor global positivo, é a segunda pior classificada. Em 2022, o Conselho Nacional de Educação, também o reconheceu elaborando uma recomendação sobre o “acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva (CNE, 2022)”. Faltam, contudo, dados mais aprofundados que permitam compreender os contornos desta realidade.

2. Para uma metodologia em construção

Pretendemos analisar o ponto de vista dos diretores/as de agrupamentos de escolas e dos coordenadores de escolas sobre a integração de imigrantes. Não obstante a sala de aula ser um ponto fulcral de integração, é no órgão de gestão que se centram as tarefas de gestão da pressão social e das relações com a(s) comunidade(s). O interesse pelos meios rurais reside na diferença destas novas vagas migratórias, muitas delas com uma ocupação laboral nos meios agrícolas. Segundo os censos (2021) Lisboa era a o distrito com maior número de residentes estrangeiros, seguido de Faro e de Setúbal, ou seja, era clara uma inserção maior a Sul. O nosso interesse pelos territórios rurais advém desta inserção de imigrantes representar algo novo nesta imigração associada à pós a pandemia e no modo como esta pode ter tido aí impacto. Escolhemos assim para estudo um concelho com uma área predominantemente rural em cada um dos distritos assinalados -Lisboa, Faro e Setúbal. Do ponto de vista metodológico mapearemos cada um desses territórios e os seus fluxos migratórios, realizando depois uma entrevista em profundidade aos diretores e às suas equipas, assim como aos coordenadores de estabelecimento (jardins de infância e escolas do 1º ciclo) em que a percentagem de estudantes imigrantes ou filhos de imigrantes seja próxima (1 ponto percentual), igual ou superior à média nacional. As nossas questões prendem-se com a interpretação e reinterpretção das políticas educativas e das medidas do Ministério da Educação

nesta matéria, com os instrumentos de gestão que são mobilizados para espelhar ou problematizar a realidade migratória (Projeto Educativo, Planos de Melhoria, Planos de Inovação, etc), com a margem de autonomia possível, desejada e concretizada para adotar determinadas respostas e com a articulação com parceiros e com a(s) comunidade(s).

3. Esperando Resultados

Para esta comunicação, a título exploratório, trazemos os resultados de duas entrevistas exploratórias feitas em territórios semelhantes aos que iremos estudar e que serviram para nos apropriarmos melhor do objeto de estudo e das questões de partida. O que se evidencia para já é que a multiculturalidade dos anos 80/90 parecia uma *multiculturalidade soft* pois referenciava-se a comunidades com uma proximidade grande em termos linguísticos, práticas sociais, culturais e religiosas (não se ocultando, porém, traços identitários já representados com um grande desafio). Por outro lado, os fluxos migratórios de crianças oriundas do leste europeu trouxeram desafios ao nível da língua portuguesa, mas que foram bem superados por famílias altamente investidas na educação dos filhos e com um sentido de disciplina que em geral é elogiado. As comunidades de imigrantes agora prevaletentes (comunidade brasileira) ou a crescer (países do Sudoeste asiático) não são já representadas da mesma forma, ainda que a missão educativa de inclusão seja o pano de fundo do discurso partilhado.

Referências bibliográficas

Cardoso, C. M. (2017). Multiculturalismo liberal: fim do caminho. E agora?. *Medi@ções*, 5(1), 6–21. <https://doi.org/10.60546/mo.v5i1.156>

Comissão Europeia, Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027. <https://epale.ec.europa.eu/pt/content/plano-de-acao-sobre-integracao-e-inclusao-2021-2027>

Conselho Nacional de Educação (2022). Recomendação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva. <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1751-recomendacao-sobre-o-acolhimento-de-migrantes-e-a-construcao-de-uma-escola-mais-inclusiva>

Ginicolo, M. (2021). Um lugar para chamar de seu: Integração, participação cívica e política e cidadania ativa de alunos imigrantes numa escola de Educação Básica em Portugal. Tese de mestrado em Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Migrant Integration Policy Index (MIPEX), Solano, Giacomo and Huddleston, Thomas (2020)

ISBN: 978-84-92511-83-9

PORDATA, estatísticas sobre Portugal e a Europa (2023). Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.pordata.pt/sites/default/files/202407/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf

OECD (2024), *Education at a Glance 2024: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.

Souta, L. (2000). *A Página da Educação*, nº 94. Livraria Profedições. Captado em <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=94&doc=8152&mid=2>

Palavras-chave: Imigração, Educação, Gestão.